

SEMINÁRIO EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E POLÍTICA

Giseli do Prado Siqueira*
Paulo Agostinho N. Baptista**
Wellington Teodoro da Silva***

1. Introdução

Este Simpósio tem como tema “Francisco e as interpelações do tempo presente”. Acontece num contexto no qual esse líder religioso chama a atenção para a criação de um Pacto Global pela Educação; que convoca jovens economistas a pensar um outro mundo econômico possível, mais justo e digno. Francisco produziu uma carta encíclica inovadora sobre a questão ambiental, mostrando as responsabilidades e oferecendo os dados da realidade (VER), uma reflexão crítica e espiritual capaz de avaliá-la (JULGAR) e perspectivas de ação (AGIR. Desde o início de seu pontificado se preocupa com as multidões excluídas, expulsas de seus países e territórios por problemas sociais e econômicos, como a fome endêmica, a falta de condições mínimas de dignidade em saúde, em plena Pandemia, e em educação, a falta de possibilidades e perspectivas de trabalho ou milhares de pessoas sob o julgo de novas formas de escravidão; problemas políticos e ambientais, muitos desses territoriais, e até continentais, envolvidos em guerras e conflitos violentos.

Vivemos num tempo de negacionismo e de crescimento do pensamento conservador e de um pensamento de direita difícil de ser analisado, que mostra características xenófobas, negadora das diversidades e de respeito à dignidade humana. Na educação, além de seus problemas históricos, há grande desinvestimento na escola pública. Há grupos que defendem uma escola em casa, por medo da convivência e na tentativa de controle das ideias e do pensamento crítico, de combate a grandes educadores como Paulo Freire. E a religião é cada vez mais instrumentalizada para servir a interesses políticos, quando não interferindo indevidamente na educação, com a pretensão de um ensino religioso confessional. Nessa situação, a política tem ficado

* Doutora em Ciência da Religião (UFJF), professora e pesquisadora do PPG em Ciências da Religião da PUC Minas. Linha de Pesquisa: Religião, Política e Educação. E-mail: gisqueirasoph@gmail.com.

** Doutor em Ciência da Religião (UFJF), professor e pesquisador do PPG em Ciências da Religião da PUC Minas. Linha de Pesquisa: Religião, Política e Educação. E-mail: pagostin@gmail.com

*** Doutor em Ciência da Religião (UFJF), professor e pesquisador do PPG em Ciências da Religião da PUC Minas. Linha de Pesquisa: Religião, Política e Educação. E-mail: wteodorosilva@gmail.com

reduzida, cada vez mais, aos interesses privados das elites, das empresas, da formalidade democrática ou da defesa do autoritarismo e até de ditaduras. A educação, principalmente na Pandemia, mostrou como a desigualdade exclui milhões de pessoas. E algumas tradições religiosas tendenciosamente optaram pelo campo do negacionismo, tentando convencer pessoas a não tomarem vacinas.

É nesse contexto que o Seminário “Educação, Religião e Política” acontece no âmbito deste Simpósio. Gostaríamos de começar levantando algumas questões:

- = Como educação, religião e democracia podem se articular?
- = Qual a importância de se pensar essas três questões no Brasil hoje?
- = O que tem tornado essas temáticas problemáticas atualmente no Brasil?

2. Democracia brasileira: uma tarefa em construção

Quando situamos o percurso da democracia no amplíssimo arco temporal das várias dezenas de milhares de anos em que nossa espécie caminha no planeta, compreendemos que ela ainda está sendo gestada. Ainda é um projeto e efetividade inconclusos que passa por um momento de grandes disputas entre distintos setores, incluindo, incrivelmente, aqueles que a reivindicam, matando-a em seus princípios fundamentais. Ela segue como um dos maiores desafios do tempo presente.

O pensamento do Papa Francisco é fértil para a humanidade pensar esse problema. Ele não acompanha as antropologias da esquerda, que ficaram reféns das experiências coletivistas, segundo a matriz do socialismo do leste europeu, e, em igual medida, está longe da antropologia liberal centrada no individualismo narcisista, que opera no espaço público com vistas apenas a interesses privados, sem virtudes cívicas. O liberalismo como nos é servido faz uma proposital confusão entre as liberdades econômicas e políticas, além de reduzir as liberdades econômicas ao mercado livre.

O pensamento do Papa Francisco, que aos modos de João XXIII se apresenta como interlocutor relevante da humanidade, se funda na antropologia da pessoa humana. A pessoa é um patrimônio da tradição cristã (RUBIO, 2001) que ultrapassou esse ambiente religioso, instalando-se no núcleo estruturante da nossa nação como um dos fundamentos da nossa constituição. Essa antropologia recusa o antropocentrismo narcísico da modernidade liberal e não permite que o humano seja diluído pelos impessoais movimentos da história, segundo a experiência do socialismo real. Ela

entende que o ser humano possui duas dimensões: a imanência e a transcendência. Não há espaço nesse texto para desenvolver a primeira. No entanto, fazer breve referência à segunda parece-nos suficiente para nossa reflexão.

O ser humano vive a condição de hífen. Somos a dinâmica relacional estabelecida com o outro nas diversas esferas e camadas da nossa existência, seja social, cultural, política, democrática, epistêmica etc. Também somos o hífen, a dinâmica relacional entre nós e o meio ambiente, conforme trata Francisco na encíclica *Laudato Sí* (FRANCISCO, 2015). Esse documento ajuda-nos a pensar a democracia quando, por exemplo, trata da necessária união humana em torno da preocupação com a nossa casa comum. O planeta não poder ser visto como um grande mosaico de espaços privados. Ele é a nossa casa. Também trata da deterioração da qualidade da vida humana, da degradação social e das raízes da má relação com os bens do planeta, assentadas no atual ambiente de produção industrial, da busca absoluta pelo lucro e o consumismo. A pessoa humana também está aberta à realidade transcendente e universal vivendo o hífen com o sagrado.

A democracia é mediadora da política, sendo um fenômeno que surge no entre-
pessoas; funda-se na pluralidade e trata da convivência entre os diferentes (ARENDRT, 1998). Ela se realiza no controle da sociedade civil sobre o Estado. A nação é democrática quando o povo escolhe seu governante e o retira por meio de eleições livres. Ela se associa à política fazendo-a ser o exercício do humano livre e igual. É a palavra que defende sua compreensão de mundo diante do outro que lhe interpela no espaço público. E deve avançar para ser uma democracia participativa.

O ambiente democrático é mediador do tenso encontro dos diversos interesses. Nunca é alcançado como um lugar fixo. Mantem-se sempre em construção continuada. Principia no espaço próprio da política por meio da escolha, controle e troca dos governantes e segue alcançando os direitos civis, políticos, sociais, econômicos... Numa espiral ascendente, ela avança em anéis, envolvendo as questões diversas do humano no sentido de sua emancipação nas relações econômicas, culturais, de gênero, de educação, de negritude etc. É assim ou não é democracia. Como afirma Pedro Demo:

democracia real é aquela que se torna cultura popular, no sentido de ser praticada cotidianamente, no ambiente de trabalho, na relação com a burocracia do Estado, no convívio social, na trama associativa da sociedade e assim por diante (DEMO, 1988, p. 17).

No caso brasileiro, a democracia ainda não teve o necessário tempo para exercer suas virtudes pedagógicas. É necessário que uma determinada sociedade conheça a democracia em seus próprios termos. A ambiência democrática deve ser construída por meio de processos de descobertas da política, da economia e do conhecimento, por exemplo, como abertas a todas as pessoas. A história é o ambiente pedagógico onde a democracia exerce a formação dos espíritos e inteligências. A democracia educa na medida em que tem chances de existir efetivamente. Nós brasileiros temos pouca experiência democrática em nossa nação. Ainda não conhecemos de modo hegemônico as suas altas virtudes. Por isso, ainda existem amplos setores que vivem uma verdadeira sanha pela ditadura, sobretudo se for militar. Ainda existe a contraditória ideia de que a profissão militar faz a pessoas ter mais virtudes de civilidade.

Em entrevista para a revista Lua Nova, Tancredo Neves chamou a situação política brasileira de um ridículo total. A nação discutia questões que faziam-na parecer estar no século XVIII, como o voto direto ou indireto; legitimidade do poder e voto do analfabeto. Não havia nação civilizada no mundo que não tivesse resolvido essas questões de modo definitivo. O país vivia um imenso atraso político e também o divórcio entre o poder e a nação. A democracia deveria estar alcançando outras esferas como a econômica, permitindo o acesso de todos na produção da riqueza que uma sociedade produz:

Nós devíamos estar lutando é pela democracia econômica. O que caracteriza a democracia econômica? É a participação equitativa de todos, com justiça social, na renda nacional. É a ascensão da massa a todos os benefícios da civilização: que haja escola gratuita para todos e em todos os lugares, que haja alimentação e que ninguém tenha fome e assim por diante (NEVES, 1984, p. 9).

Ao longo de nossa história política a democracia tem sido um elemento retórico numa trajetória estruturada pelo autoritarismo. Mantemos sérios problemas de representatividade. Mais sério ainda: não impedimos manifestações antidemocráticas realizadas por parlamentares e pelo presidente da República que as fazem sobre o silêncio dos democratas. Vivemos agora o período mais longo de jogo democrático. Embora, em nossa tradição, república e democracia não estejam realizadas, ainda não tivemos rupturas como a que conhecemos no nosso passado político. Contudo, vale não esquecer que ainda não deixamos para trás o período dos golpes de Estado.

Enumero, a seguir, 16 atos, vitoriosos ou não, realizados ao longo de 133 anos de república, para os quais a palavra golpe se acomoda confortavelmente. Entendo

como golpe tanto o modelo clássico de 1964, quando há clara desobediência constitucional e da legalidade prevista, quanto aqueles que possam manter um processo jurídico e parlamentar vazio de conteúdo democrático. Isso é possível no ambiente de crise de representatividade. Houve golpe até mesmo na ditadura, como é possível observar no impedimento do vice-presidente Pedro Aleixo de assumir a presidência por ocasião do adoecimento do ditador Costa e Silva. Uma importante característica dos golpes é seu caráter dos retrocessos dos direitos próprios da ambiência democrática.

A palavra golpe se acomoda bem nos seguintes eventos: 1) a proclamação da república, em 1889; 2) a revolução de 1930; 3) o golpe do Estado Novo, em 1937; 4) a deposição de Vargas, em 1945; 5) a tentativa de golpe impedida pelo suicídio de Vargas, em 1954; 6) tentativa de golpe contra posse de JK e Jango em 1954; 7) “Golpe preventivo”, liderado pelo Marechal Lott, em 1954, que permitiu a posse de JK e Jango em 1955; 8) tentativa de golpe em Jacareacanga, em 1956; 9) tentativa de golpe em Aragarças, em 1959; 10) o golpe do parlamentarismo em 1961; 11) golpe em 1964; 12) golpe contra Pedro Aleixo, por ocasião do adoecimento de Costa e Silva em 1969; 13) operação de Geisel para demitir Silvio Frota, impossibilitado de reagir com um golpe na própria ditadura, em 1977; 14) Impeachment de Dilma em 2016; 15) prisão e negação de habeas corpus para Lula, em 2018 e 16) os atuais atos animados por Bolsonaro pedindo, por exemplo, a prisão dos ministros do STF. Em 133 anos de república temos uma média de um golpe ou tentativa a cada 8 anos.

Tanto na proclamação da república quanto na redemocratização, na década de 1980, as mesmas peças foram encenadas pelos mesmos atores em palcos diferentes. No primeiro caso, os antigos políticos da monarquia permaneceram. Vale o exemplo de Afonso Pena que foi ministro em três pastas no governo imperial. Do mesmo modo, no momento político após 1985, políticos que apoiavam a ditadura seguiram suas carreiras na democracia.

Francisco Iglésias (1990) analisa os 100 anos da república brasileira. Essas datas redondas são recorrentemente festejadas por serem oportunidades de comemoração – co-memorar, lembrar juntos – para uma nação pensar sobre si e o seu percurso histórico. No entanto, o primeiro centenário republicano teve poucas comemorações. Isso foi algo espantoso. O Estado poderia aproveitar esse momento para dizer de si e de suas virtudes políticas. Todavia, não havia uma tradição republicana para comemorar. Iglésias lembra que ocorreu o mesmo com o centenário da abolição. Ele foi ocasião de reflexão crítica

por causa da universidade. O motivo destas frágeis comemorações deve-se ao fato de se ter muito pouco para festejar. Após o fim da escravidão, diz o autor,

os dois elementos que a data evoca permaneciam carentes: o negro continua vítima de preconceitos – a democracia racial é uma das falácias da política e até de ciência social oficializada – e o trabalho, se é teoricamente livre, continua a não receber a atenção que exige, como se vê no vilipêndio do trabalhador e em sua exploração desumana, com salários incompatíveis com a vida razoável e digna (IGLÉSIAS, 1990, p. 4).

Ele situa o problema político da democracia brasileira dentro de um arco amplo de nossa história. O povo – categoria efêmera – sempre foi mantido distante dos centros formuladores da ideia de nacional, estruturadora do Estado Brasileiro. A independência não foi o resultado da organização de um povo com consciência de si como nação. Esse processo não rompeu com os defeitos anteriores e perdeu oportunidade de inaugurar algo novo. A história política brasileira é marcada por malogros e decepções. Resultado de um golpe de Estado, a nossa república surgiu sem a participação do povo e foi por ele aceita mais pela indiferença que por adesão. A república não realizada cumpriu um dramático percurso marcado por golpes, tentativas de golpe e ditaduras.

Vale o exemplo de José Sarney que assumiu a presidência após a morte de Tancredo Neves e que, até pouco tempo antes, estava entre os apoiadores da ditadura. Sobre ele, o Ministro do Exército de seu governo, general Leônidas Pires Gonçalves, disse: “O Sarney, 6 meses antes, era de outra facção” (GONÇALVES, 2001). Era um estranho na democracia. Segundo o próprio Sarney (2018), os processos foram guiados por um Estado que não era propriamente um Estado de direito. O processo eleitoral e de posse do vice-presidente eleito foi regulado pelo marco legal da ditadura. Esse governo pactuado, não foi produto de uma ruptura democrática, chamou uma assembleia nacional constituinte.

Sobre José Sarney, Francisco Iglésias diz:

A posse discutível do pretense vice perturba todo o esquema de mudança, pois este fora um ardoroso defensor da ditadura, que só abandona poucos dias antes da eleição, por oportunismo, como por oportunismo é indicado para o cargo, erro de catastróficas proporções pelo qual o país pagaria cinco anos de desassossego. Não podia fazer a transição para a democracia quem fora um dos mais fiéis defensores da ditadura. É mais um despreparado, agora com o agravante de ser político profissional que fizera carreira de realce, mas sem nada aprender, como se comprova no seu desolador governo que deve terminar agora. Cinco anos de vácuo, tempo perdido, decepção profunda. (IGLÉSIAS, 1990, p. 15).

O término da ditadura militar e o início da democracia não foi resultado de ruptura promovida pela sociedade civil. A condução iniciada por Geisel foi concluída na intervenção do general Leônidas Pires Gonçalves por ocasião da morte de Tancredo Neves. O militar gostava de se lembrar do episódio do qual se considerava dono: a posse de José Sarney como presidente da República. Na ocasião em que esse problema estava sendo debatido ele disse aos interlocutores: “Mas, qual é a dúvida? Os artigos 76 e 77 da Constituição de 1969 são bem claros: quem assume é o José Sarney” (GONÇALVES, 2001). Após dizer isso, afirma que não houve mais discussão e a decisão foi imediatamente tomada dentro das normas da ditadura. Assegura que pôde exercer esse poder decisório porque tinha o exército atrás de si. José Sarney compreendia perfeitamente o papel militar na transição quando, segundo Potyara Pereira (1988), afirmou, no Clube da Aeronáutica em 1987, que a contribuição dos militares foi decisiva para que a democracia no Brasil fosse instaurada.

A democracia é o ambiente em que a pessoa consegue exercer de maneira mais densa suas virtudes humanas. Os processos educacionais são emancipatórios na medida em que efetivam a descoberta/construção da capacidade emancipatória da pedagogia democrática. O grande e definitivo do tempo presente brasileiro passa de modo estruturante pela democracia. É necessário resolver esse problema no curto espaço de tempo, sob pena de nos inviabilizarmos como nação de modo definitivo.

Como a educação pode nos ajudar nesse processo?

3. Educação e seu desafio frente à política e à religião

Começamos levantando a questão: o que é educação? O que é educar?

A palavra “educar” tem sua origem latina em *educare* e no verbo latino composto *educere* (*ex* = fora; e *ducere* = conduzir, levar). Significa conduzir para fora (SCHÜLTZ, 2012). Pode-se também traduzir essa palavra por “tirar de dentro”, chamar o ser humano a se construir, construir o sujeito, a pessoa e seu projeto de vida. É um processo constante. Desde que nascemos somos e podemos ser conduzidos a um dinamismo de individuação, de construção de autonomia. Começamos com diversos “pedagogos” (pais, familiares e professores), aqueles que nos conduzem pela mão, que nos mostram o caminho.

Bernard Charlot diz que desde que nascemos somos introduzidos na dinâmica de aprender: “aprender para construir-se, em triplo processo de ‘hominização’ [torna-se ser humano], de singularização [tornar-se um ser único em nossa espécie], de socialização (tornar-se membro de uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando um lugar nela)” (CHARLOT, 2000, p. 53). O processo da educação para ele “é uma produção de si por si mesmo, mas essa autoprodução só é possível pela mediação do outro e com sua ajuda” (CHARLOT, 2000, p. 54). É um processo de partida, de abertura e descoberta do outro, como nos ensinava Dom Hélder.

Nesse sentido, a educação é espaço e lugar de hominização, de formação de nossa humanidade. Começa pela socialização primária, a família, e continua na escola e em diversas formas de interação social. E o dinamismo que a dirige é o desejo: “toda educação supõe o desejo, como força propulsora que alimenta o processo” (CHARLOT, 2000, p. 54), o desejo por vida. Temos um vetor fundamental que nos impulsiona a buscar, a querer: a vida. Esse contato com a vida é conduzido por uma dinâmica: a curiosidade. Através dela exploramos o mundo, começando pelo corpo, o corpo da mãe, o nosso corpo, nossas mãos, os brinquedos colocados ao nosso alcance e, com o tempo, o mundo a nossa volta.

Curiosidade e conhecimento estão e deveriam continuar articulados em nossa caminhada de formação. A educação e a escola têm aqui seu objetivo principal. Deveriam privilegiar esse processo que marca todo ser humano e que precisa ser estimulado desde os primeiros dias de nossa vida. Sua principal tarefa é nos ensinar a gostar de aprender, de conhecer, algo que já nos é comum em nossa hominização, mas que ganha novas dimensões em seu desenvolvimento.

Hugo Assmann falava em aprendência, em sistemas aprendentes como sendo a característica fundamental dos seres vivos: “são seres que conseguem manter, de forma flexível e adaptativa, a dinâmica de continuar aprendendo.” (ASSMANN, 1998, p. 22). Para ele, “processos vitais e processos de conhecimento são no fundo a mesma coisa” (Ibid.).

À luz dessas primeiras ideias, devemos questionar nossa educação e nossa escola. Será que há consciência dessa dinâmica quando são elaborados os programas, os planos de ensino, os sistemas de avaliação, o sistema disciplinar, os projetos pedagógicos, as estruturas escolares? Será que nossos alunos percebem, em nossas práticas educativas, esse dinamismo vital, essa articulação entre curiosidade e conhecimento? Sentem-se fascinados em conhecer, sentem-se estimulados em criar,

inventar, pesquisar, ou ao contrário, sucumbem num processo desmotivante de “receber depósitos de conhecimento” como nos questionava Paulo Freire sobre o modelo de “educação bancária”? Criamos em nossos ambientes escolares um dinamismo mobilizador em direção ao aprender? Nossos educandos percebem em nosso agir educativo o entusiasmo de que nos perguntava Assmann?

Todas essas perguntas e questionamentos estão aqui, pois estamos tratando do fundamento da tarefa da educação – educar –, educação que dá início à construção do alicerce que pode garantir nossa consciência de diretos, de nossa cidadania, da política como defesa da “coisa pública”, e de uma visão religiosa crítica que defenda a vida, de todos os seres, que contribua para a cidadania e não se prenda numa redoma.

Antes de ser um objetivo final, a defesa da vida deve estar presente na própria concepção de educação, no seu processo operatório. E educar, para Assmann, “é a mais avançada tarefa social emancipatória”: defende-se a vida quando ela é cuidada desde seus primórdios e, assim, esse mesmo processo de cuidado é formador de pessoas que se tornam defensores da vida, pois aprenderam a serem cuidados e a cuidar da vida.

Diante de tudo isto, percebe-se que a escola é chamada a responder a diversos e múltiplos desafios. Em síntese: toda a sua dinâmica é e deve ser educativa. Ela não pode fugir dessas questões. Deve formar a comunidade educativa, pois a aprendizagem é algo inerente à sua vocação. Deve formar, além daqueles que aparecem como seus principais sujeitos – os educandos – também os educadores, os administradores e demais funcionários, e ainda, as famílias, a comunidade. É uma enorme missão.

Aprendemos com Paulo Freire que a educação é “prática da liberdade”. E essa prática só pode acontecer se respeitamos os educandos, se os colocamos no centro, defendendo a sua centralidade. Esse centro não é o currículo ou o educador, pois com Freire acreditamos que há mútua aprendizagem entre educador e educando.

Essa forma de compreender e praticar a educação como ação de liberdade é capaz de superar a “pedagogia do oprimido”, como tão bem escreveu Paulo Freire (1981). É capaz de formar cidadãos aptos a enfrentar os desafios da vida, tanto da vida privada como da vida pública. É desse tipo de educação que precisamos e que, infelizmente, vemos ser atacada pelos desgovernantes deste país.

Num contexto de uma cultura pós-moderna ou de uma modernidade tardia, com dissolução das grandes narrativas, da “autoritas”, do crescente individualismo, do processo de propaganda de modelos como o “american way of life”, o jeito americano de viver, cria-se uma ambiência educacional para preparar o educando para o mercado.

Reduz-se o projeto de vida à lógica desse mercado. O resultado é a grande crise de sentido, com sintomas de crescente uso e dependência de drogas, de depressão e até de suicídio.

Tal lógica privatista atinge não só a educação, mas todos os sistemas. A política deixa de ser coisa pública e passa a ser balcão dos interesses privados. A democracia se vê reduzida aos processos eleitorais, sem participação efetiva, a não ser de poucos grupos organizados. A luta pela distribuição das verbas e das ementas transforma a política num “toma lá, dá cá”.

A religião também sofre esse processo. O importante é resolver os problemas imediatos: “pare de sofrer”, diz uma dessas instituições. A tendência subjetivista atinge a religião que se presta a atender às demandas pessoais. Cria-se a religião da mercadoria. E o próprio mercado vira religião, como analisa Walter Benjamin em “O capitalismo como religião”, 2012 [1921].

Percebe-se o crescimento do fenômeno da desinstitucionalização religiosa. A transição religiosa no Brasil, que pode ser muito bem analisada através dos Censos Demográficos, revela esse processo.

Para aquelas e aqueles que se dedicam à tarefa da educação, mas a articulam com a religião, não podem deixar de questionar as relações entre a política e a qualidade da educação, especialmente a educação pública. E entre a política e seu uso instrumentalizado pela religião ou vice-versa, como nas teologias da Prosperidade e do Domínio, ou ainda para quem quer restauração o antigo modelo de cristandade.

A educação tem importante papel na formação política, apresentando os princípios da democracia e o cuidado da coisa pública. Esse processo começa na sala de aula. E o Ensino Religioso Escolar é um componente que oferece tempo e espaço para isso.

Vale sublinhar que a educação e o ensino são fenômenos de caráter histórico e esse mesmo processo se aplica ao componente curricular do Ensino Religioso, variando de acordo com a época, com o tipo de sociedade e até mesmo com o ambiente escolar, seja ele confessional ou público.

No atual contexto, temos um documento normativo, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que irá apontar caminhos para os currículos escolares em todas as redes de ensino e modalidades educacionais, através do desenvolvimento de competências e habilidades.

No que tangencia o Ensino Religioso, a valorização da diversidade cultural marcada por profundas desigualdades sociais é apresentada como finalidade de novas construções na BNCC quando diz que:

por meio do estudo de conhecimentos religiosos e das filosofias de vida, atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades. Trata-se de um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que visam o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz. Tais finalidades se articulam aos elementos da formação integral dos estudantes, na medida em que fomentam a aprendizagem da convivência democrática e cidadã, princípio básico à vida em sociedade. (BNCC, 2017, p. 437).

E quando se fala em Ensino Religioso sempre é necessário destacar que se trata de uma abordagem laica, não confessional, como se pode encontrar na BNCC. Por mais que o adjetivo “religioso” pareça indicar que seria “aula de religião”, não é essa a nossa concepção. Seguindo a tradição de Minas Gerais, a partir da referência dada por Wolfgang Gruen (1974), pioneiro em distinguir Ensino Religioso de Catequese (ensino de doutrinas, portanto confessional), o objeto desse ensino é a religiosidade, compreendida na perspectiva de formação dos sentidos da vida. Nessa perspectiva, compreende-se a concepção de religiosidade de maneira diversa do senso comum: “como categoria antropológica expressa uma dimensão humana, assim como temos outras fundamentais: a sociabilidade, a afetividade, a sexualidade, a historicidade” (BAPTISTA; SIQUEIRA, 2021, p. 508). Wolfgang Gruen (1974, p. 2), inicialmente a define como

atitude dinâmica de abertura do homem ao sentido radical de sua existência. Não se trata de ‘mais uma’ atitude ou função: a religiosidade é a dimensão mais profunda de todas as funções da vida humana – ou melhor, da totalidade da vida humana (cf. Tillich).

Para Gruen, essa dinâmica de abertura exige compromisso, atitude prática na vida, e o papel da escola é oferecer “uma educação à abertura e ao questionamento, de uma descoberta existencial da vida no que ela tem de mais amplo e profundo; ou seja, trata-se de uma educação no sentido pleno da palavra” (GRUEN, 1974, p. 4).

Na BNCC encontramos as seis competências específicas do componente curricular Ensino Religioso que mostram de forma muito bem elaborada como ele pode ter enorme papel na formação integral das crianças, adolescentes e jovens, destacando aspectos como a formação política e da cidadania:

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ENSINO RELIGIOSO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz. (BNCC, 2017, p. 437).

Como se observa, essas competências apontam para a educação do respeito, para a convivência com a diversidade, tratando dos diversos campos como a política, o meio ambiente, dentre outros, além de problematizar questões como a intolerância, a violência e tudo aquilo que coloca em risco o exercício da cidadania e de uma cultura de paz.

Nessa perspectiva, precisamos de um projeto de educação comum, em que todos os componentes curriculares, em especial o Ensino Religioso, possam contribuir para que todos os cidadãos, segundo suas aptidões e sua formação política, tenham competência e habilidade de democratizar os diversos espaços da sociedade: no âmbito das relações familiares, na escola, nas comunidades, nas tradições religiosas, em todos os lugares de convivência.

4. Conclusão

Vivemos num horizonte de expectativa muito difícil no Brasil. Nossa frágil democracia tem passado por um grande teste: ter um desgovernante que a ameaça e apoia o seu fim, inclusive participando de atos nos quais seus seguidores e sectários defendem a ditadura, fechamento do congresso e impeachment do STF.

Tal situação se amplia, no contexto da Pandemia da Covid-19, com graves problemas de saúde pública, com mais de 617 mil mortes, que poderiam ter sido evitadas, não fosse o negacionismo, as piadas com a doença, a propaganda e envio de kit de remédios ineficazes, o atraso na compra de vacinas e outras providências. E os

problemas sociais se agravam com a crise econômica, alto índice de desempregados, com a volta da fome, preços e inflação crescentes, especialmente por aumentos frequentes nos combustíveis, nas tarifas de energia elétrica e outros serviços. A situação ambiental revela recordes de desmatamentos e as implicações no clima: secas e chuvas abundantes. O desinvestimento em educação e em ciências e tecnologia mostra que será preciso muito esforço para nossa recuperação, especialmente dos estudantes pobres, relegados nesse momento epidêmico.

É nesse presente vivo que somos desafios a construir nossa democracia. E a educação joga importante papel nesse processo. O Ensino Religioso vive momento muito favorável, como um currículo nacional não confessional (BNCC e os Currículos Referência, como o de Minas Gerais) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da graduação em Ciências da Religião, curso da formação inicial docente para o componente curricular Ensino Religioso. Não podemos perder essa oportunidade. Temos que recuperar nossa memória e superar nossa herança histórica para que esse nosso presente se faça de forma inclusiva, dialogal e possa representar um futuro para todos.

Temos muitos problemas e desafios e o trabalho coletivo em entidades comunitárias, políticas, sindicais, religiosas, educativas e acadêmicas, a partir do desenvolvimento da consciência, organização e mobilização de classe, pode responder a uma boa parte deles. E seria muito bom que houvesse a articulação entre essas entidades que já existem, assim como a criação de uma Rede que fizesse circular as notícias, eventos e a rica produção existente, e a nova que pode ser criada, especialmente na discussão de um Projeto Brasil de nossa democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**. Rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SIQUEIRA, Giseli do Prado. O Ensino Religioso, a relação educador-educando e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG. **Revista Pistis Praxis**, [S.l.], v. 13, n. 1, jun. 2021. ISSN 2175-1838. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/27879/25020>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. In: MOREIRA, Alberto da Silva (Org). **O capitalismo como religião**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012. [Trad. Livre de BENJAMIN, Walter. Kapitalismus als Religion. **Gesammelte Schriften**, v. 6, p. 100-103, 1991].

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DEMO, Pedro. Estado inevitável e necessário. **Cadernos do Ceam**. Brasília, Ano 1, n. 1, p. 06 – 63, 1988.

FRANCISO (Papa). **Carta Encíclica Laudato Sí – sobre o cuidado da casa comum**. Vaticano, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 15 dez. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GONÇALVES, Leônidas Pires. Entrevista – **Programa Memória Política**. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Brasília/DF, 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/leonidas-pires-goncalves/texto>. Acesso em: 01 set. 2021.

GRUEN, W. **O “Ensino Religioso” na escola**. Belo Horizonte: Instituto Central de Filosofia e Teologia – UCMG, 1974.

IGLÉSIAS, Francisco. República. **Revista do Departamento de História – UFMG / Cadernos DCP**, Belo Horizonte, v. 10, n. 8, p. 4 – 16, 1990.

NEVES, Tancredo. A transição e os atores. **Lua Nova**: revista de cultura e política. Volume 1. Número 2. 1984.

PEREIRA, Potyara A. P. Transição democrática e política social : tudo (ou nada) pelo social? **Cadernos do Ceam**. Brasília, Ano 1, n. 1, p. 64 – 82, 1988.

RUBIO, Alfonso García. **Unidade na pluralidade**: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristã. São Paulo: Paulus, 2001.

SCHÜLTZ, Ricardo. **História das palavras** – Word histories. Disponível em: <http://www.sk.com.br/sk-hist.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.